

## ENCONTRO EMPRESARIAL DOS AÇORES

O FÓRUM CCIA – Encontro Empresarial dos Açores – teve lugar no dia 18 de janeiro de 2022, por videoconferência, contando com a participação de cerca de quarenta empresários representando as três Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores e vários sectores de atividade. O principal objetivo da reunião foi a análise e reflexão sobre o estado da economia regional, identificando as principais dificuldades, analisando as grandes necessidades e oportunidades de ajustamento estrutural da economia açoriana, bem como apresentando contributos para a dinamização social e económica regional.

O Fórum tem lugar num momento especial da pandemia, que assume atualmente uma maior disseminação e proliferação, mantendo um clima de incerteza, com novos contornos, exigindo novos e complexos desafios na sua gestão, tendo em consideração o elevado número de trabalhadores infetados, que está a condicionar o normal funcionamento das empresas.

Esta situação sucede a um período de recuperação verificada entre junho e outubro de 2021, mas que foi antecedido de um período de fortes restrições à generalidade das atividades económicas, com impacto no nível de negócios, embora não de forma uniforme nos diferentes sectores e nas diversas ilhas. Acumula esta situação com o verificado em 2020, o que se traduz numa quebra da atividade económica muito significativa nos quase dois anos de pandemia, sendo p.e., a nível de turismo uma perda equivalente a uma paragem total de mais de um ano de atividade. Em 2020 a quebra do turismo aproximou-se dos 80%, e em 2021 aproxima-se dos 40% dos valores de 2019. A quebra de 9,2% do PIB em 2020, maior do que a média nacional de 8,4% e que a média europeia de 6,4% é sintomática da gravidade acrescida com que a pandemia afetou a economia dos Açores.

No diagnóstico do contexto actual, desenvolvido pelo Fórum, foram apontados aspetos positivos, aspetos que mereceram apreensão e aspetos negativos.

### **Nos aspectos positivos o Fórum colocou:**

- a implementação do pacote fiscal que se aplica na sua plenitude em 2022 com o alargamento do diferencial fiscal para os níveis máximos permitidos pela Lei de Finanças das Regiões Autónomas;
- a implementação da Tarifa Açores;
- o anúncio da intenção de introdução de melhoramentos significativos no quadro da formação profissional.

### **Os aspetos que causam apreensão são:**

- a persistência da pandemia, com elevados níveis de contaminação que começam a condicionar não só as actividades do turismo como a actividade normal de muitas empresas em todos os sectores;
- o acréscimo de custos de contexto (especialmente movidos pelos custos energéticos), os custos de matérias primas, os custos logísticos e a ameaça da subida das taxas de juro, dada a evolução da inflação;

- os impactos do fim das moratórias num contexto ainda muito incerto mas negativo para as empresas e para as famílias;
- os atrasos na finalização das candidaturas dos apoios das linhas desenhadas para mitigar os impactos da pandemia (p.e. PME II, PME agrícola), penalizando as empresas que já se vêm confrontadas com reembolsos de empréstimos;
- a falta de clarificação dos instrumentos de recapitalização no âmbito do PRR Açores.

**Os aspectos negativos apontados foram:**

- a economia dos Açores continua a divergir da economia nacional e europeia;
- os índices de pobreza continuam muito elevados;
- o relacionamento com o Governo da República evidencia divergências com implicações negativas para as empresas e as famílias, sendo sintomático disto, o não alargamento aos Açores da compensação para o aumento do salário mínimo, a estanquicidade da aplicação dos fundos que leva à exclusão dos Açores de diversas medidas nacionais, a ausência de qualquer apoio no financiamento dos custos acrescidos da pandemia, contrastando com os apoios concedidos, por exemplo, no caso dos danos causados pelo Furacão Lorenzo;
- não há soluções visíveis para a resolução do problema da formação e para o problema da escassez de mão-de-obra disponível;
- falta de uma visão estratégica para a retoma do turismo, sendo sintomática a ausência de conhecimento da revisão em curso do POTRAA e do PEMTA;
- desconhecimento total dos contornos do PO2030, um instrumento fundamental para o futuro dos Açores;
- falta de clarificação das formas de acesso ao PRR nacional;
- falta de alternativas ao cancelamento dos reencaminhamentos que vigoraram até outubro de 2021;
- impactos demográficos negativos acumulados ao longo da última década;
- falta de uma estratégia para a mitigação e mesmo reversão da regressão demográfica nos Açores.

**Como grandes objectivos a prosseguir o Fórum considera:**

1. a recuperação das empresas para a sustentabilidade do emprego;
2. a criação de uma base económica mais forte para o futuro, reforçando e modernizando os pilares existentes e desenvolvendo novas actividades.

**Como áreas de intervenção prioritária o Fórum considerou as seguintes:**

1. concertação urgente com as associações empresariais das linhas prioritárias e estratégias de desenvolvimento com base nos recursos do PO2030, abrangendo uma estratégia de inovação;
2. concertação urgente com as associações empresariais da aplicação do PRR na vertente regional e na vertente nacional;
3. concertação urgente com as associações empresariais dos instrumentos de recapitalização previstos no âmbito do PRR Açores e dos processos para a sua implementação;
4. reedição urgente das medidas de apoio às empresas afetadas pelas consequências da pandemia, nomeadamente o Apoiar.pt;

5. implementação urgente de um plano de requalificação e de formação para a adaptação dos recursos humanos dos Açores para a transição digital e para a inovação, adotando programas adequados à realidade da Região;
6. revisão das políticas ativas de emprego no sentido de libertar ativos em programas ocupacionais para o mercado de trabalho;
7. habilitação de um mecanismo compensatório aplicável nos Açores que compense os encargos adicionais do acréscimo do salário mínimo, face às empresas do continente, seja pelo salário base, seja pelo acréscimo de 5% decretado na Região;
8. adoção de um plano estratégico para a evolução e o futuro do turismo;
9. reforço da promoção turística;
10. implementação de um sistema “interline” para o acesso de qualquer passageiro a todas as ilhas;
11. conclusão do estudo do sistema de transportes marítimos de carga e de passageiros abordando de forma integrada os problemas de cada ilha;
12. acelerar a conclusão das candidaturas do Competir + e permitir a revisão de orçamentos em face dos agravamentos acentuados de preços de materiais e de mão-de-obra.

Em suma, o Fórum CCIA reflectiu sobre a situação actual da economia dos Açores, reafirmou, na generalidade, o que tem sido a evolução das políticas para a competitividade da economia da Região, realçando o contexto muito específico de pandemia que perdura há dois anos e evidencia sinais de estar ainda longe de acabar.

A situação em que se encontra a economia e as empresas é grave ao ponto de que alguns empresários se questionam já se o serão daqui a poucos meses.

O Fórum entendeu que continuam a ser necessárias medidas invulgares num tempo invulgar.

Sublinhou também, novamente, a disponibilidade das associações empresariais para a participação em processos verdadeiros de concertação social, no geral e em áreas específicas, única forma de se gerarem consensos dinâmicos e frutuoso capazes de potenciar um maior e mais sustentável desenvolvimento dos Açores.

Açores, 18 de janeiro de 2022